



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, reservo-me a relatoria do Projeto de Lei Complementar nº02/2019.

Rio Branco/AC, 30 de abril de 2019.

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente da CCJRF



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



**PARECER Nº 17/2019/CCJRF**

Projeto de Lei Complementar nº 02/2019

Comissão e Constituição, Justiça e Redação Final

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 02/2019, de iniciativa da Mesa Diretora e do Vereador Artêmio Costa, que tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 38/2017, a qual autorizou a Câmara Municipal de Rio Branco a instituir Programas de Aposentadoria Incentivada - PAI.

A proposição consta à fl. 02, recepcionada pela Diretoria Legislativa em 10/04/2019.

Para instruir a proposta, os proponentes apresentaram justificativa às fls. 03-04.

A Procuradoria Legislativa emitiu parecer pela inexistência de óbice jurídico para aprovação da matéria, fls. 06-08.

É o necessário a relatar.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

De acordo com o disposto no artigo 72 e seus parágrafos do Regimento Interno - RI, cabe à esta Comissão a análise da matéria sob os aspectos constitucionais, legais e de mérito, no que tange à oportunidade, conveniência e utilidade.

A iniciativa, em observância ao que estabelece o art. 24, III, da Lei Orgânica combinado com o art. 27, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal, é exclusiva da Mesa Diretora da Câmara Municipal, o que resta respeitado.

Quanto à espécie normativa utilizada, trata-se de matéria reservada à lei complementar, conforme art. 43, § 1º, V, da Lei Orgânica, não havendo equívoco neste ponto.

O Projeto de Lei Complementar nº 02/2019 não demonstra aptidão para violar qualquer regra ou princípio constitucional nem mesmo àqueles atinentes à legislação federal, estadual e municipal. Pelo contrário, ao aprimorar a norma já existente, prima pelo princípio administrativo da eficiência (art. 37, caput, da Constituição), pois os Programas de Aposentadoria Incentivada são mecanismos que permitem, concomitantemente, a otimização das despesas de pessoal e a valorização dos servidores mais antigos, que doaram seu vigor em décadas de labor.

"Valorize a vida, não use drogas"





**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS**



A instituição desses programas tem ocorrido com cada vez mais frequência no setor público, podendo-se exemplificar: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 859/2016); Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 223/2017); Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Lei Municipal nº 5.212/2010), e; Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 5.018/2017).

A valorização do tempo de serviço prestado por tais servidores também possibilita que os demais ainda em carreira recebam profissionalização e valorização adequadas ao exercício de suas funções públicas. A Câmara Municipal de Rio Branco, com sua atual Mesa Diretora, implantou a Escola do Poder Legislativo e tem buscado parcerias na esfera federal para efetivar este cenário ideal. Exemplo disto é a iminente capacitação profissional a ser promovida já na próxima semana, por mediadores do Senado Federal, aos nossos servidores e colaboradores.

É absolutamente fundamental o estímulo ao pessoal da administração, cuja dedicação, interesse e eficiência são fatores fundamentais para o bom êxito na implantação dos projetos e programas do novo cenário social que a municipalidade e o Brasil aspiram.

Quanto à redação da proposição, apresento texto substitutivo tão somente para aprimora-la, nos seguintes termos:

**A PREFEITA MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O artigo 2º da Lei Complementar nº 38/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Poderão aderir ao Programa de Aposentadoria Incentivada os servidores efetivos, estáveis ou não, que se encontrarem em atividade e que preencherem todos os requisitos para aposentadoria previstos na Constituição Federal.”

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Em tempo, necessário sugerir à Mesa Diretora que regulamente e pormenorize o Programa de Aposentadoria Incentivada mediante critérios claros e objetivos, fornecendo ampla divulgação e conhecimento didático a quem possa interessar. Bem como que, quando da economia de recursos com o PAI, direcione esforços e recursos na promoção, capacitação, profissionalização e valorização do quadro pessoal efetivo deste Poder.

Assim, considerando que a proposta é legal, constitucional e atende ao interesse público e social, aprimorada sua redação, registradas as sugestões cabíveis e oportunas, concluo inexistir óbice para aprovação da proposição.

São as razões para meu voto.

"Valorize a vida, não use drogas"



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



### III - VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 02/2019, nos termos da redação substitutiva apresentada alhures.

Submeto aos demais pares.

Rio Branco/AC, 16 de maio de 2019.

  
Vereador Rodrigo Forneck  
Relator

### TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL PARECER Nº 017/2019/CCJRF


PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	Pelas Conclusões	
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	Pelas Conclusões	
Vereadora Elzinha Mendonça Membro Titular	Pelas conclusões	
Vereador N. Lima Membro Titular	em nome do RELATOR	
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente		
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente		






CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
Setor das Comissões Técnicas



**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA.** Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às onze horas, sob a Presidência do **Vereador Rodrigo Forneck**, realizou-se a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Rio Branco - Acre, em sua sede situada à Rua 24 de Janeiro, nº 53 - Bairro 06 de agosto. Presentes os **Vereadores Artêmio Costa, Eduardo Farias, Elzinha Mendonça e N. Lima**. Aberto os trabalhos, foram lidos, deliberados, discutidos e **aprovados** por unanimidade, nos termos do voto do relator, os Pareceres do **Projeto de Lei nº 12/2019**, de autoria de todos os Vereadores, que altera a Lei Municipal nº 1.797/2010, e do **Projeto de Lei Complementar nº 02/2019**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 38/2017. As demais proposições pautadas foram transferidas para a próxima reunião desta Comissão. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a presente reunião e, para constar, eu Willian Pollis Mantovani  - Chefe das Comissões Técnicas - lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos parlamentares presentes:

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente

  
**Vereadora Elzinha Mendonça**  
Vice-Presidente

  
**Vereador Artêmio Costa**  
Membro

  
**Vereador Eduardo Farias**  
Membro

  
**Vereador N. Lima**  
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas

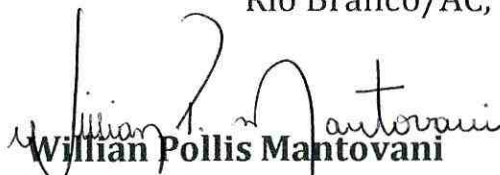


## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, remeto o Projeto de Lei Complementar nº 02/2019 e seu respectivo parecer à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 16 de maio de 2019.

  
**William Pollis Mantovani**

Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

**ACUSO RECEBIMENTO, em  
16/05/2019.**

**Diretoria Legislativa**